

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 114.016 - AL (2019/0167424-4)**

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**RECORRENTE** : ALEX SANDER DE MATTOS BRUM (PRESO)  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por ALEX SANDER DE MATTOS BRUM contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas (HC n. 0800497-86.2019.8.02.0000).

Segundo consta dos autos, o recorrente foi preso em flagrante no dia 6/1/2019 (prisão convertida em preventiva) pela suposta prática dos crimes descritos nos arts. 147 e 148, § 2º, c/c art. 69, todos do CPB, e art. 7º, I e II, da Lei n. 11.340/2006, porque mantinha sua companheira presa em casa sob ameaça de uma faca tipo 'peixeira' (e-STJ fls. 69 e 70).

A Defensoria Pública impetrou *habeas corpus* na Corte estadual, alegando, em síntese, ausência dos requisitos autorizadores da prisão preventiva e fundamentação idônea, uma vez que não indica elementos concretos a indicar o efetivo risco que a liberdade do recorrente representa à ordem pública, afirmando que as medidas cautelares diversas da prisão são suficientes ao caso (e-STJ fl. 98). O Tribunal de origem, contudo, denegou a ordem nos termos da seguinte ementa (e-STJ fls. 97):

**HABEAS CORPUS. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR. ALEGAÇÃO DE INIDONEIDADE DA FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO DE PRISÃO. PACIENTE PRESO ACUSADO DOS CRIMES DE AMEAÇA E CÁRCERE PRIVADO. RELATOS DE QUE O PACIENTE PRIVAVA A VÍTIMA DE CONVERSAR COM VIZINHOS OU FAMILIARES, CHEGANDO A ENCOSTAR A FACA EM SEU PESCOÇO E LESIONAR SEUS PULSOS. PRISÃO QUE DURA MENOS DE 3 (TRÊS) MESES. NECESSIDADE DE RESGUARDAR A INTEGRIDADE FÍSICA DA VÍTIMA. ORDEM DENEGADA.**

**I - As circunstâncias do caso concreto fazem com que a liberdade do paciente cause temor social, bem como sentimento**

*difuso de insegurança, diante do modus operandi empregado e a gravidade da conduta delitiva.*

*II - O decreto de prisão apontou que o paciente teria agredido a vítima em outras oportunidades, bem como teria afirmado que se fosse preso mataria a vítima, seus irmãos e pais, o que indica que, em liberdade, encontrará estímulos a praticar novamente a mesma infração, ensejando a manutenção da prisão para garantia da ordem pública, buscando coibir a reiteração criminosa.*

*III - Ordem denegada.*

Na presente oportunidade, a Defensoria Pública reitera as alegações pretéritas – carência de fundamentação, ausência dos requisitos legais para a segregação cautelar, gravidade abstrata e possibilidade de se aplicar medidas cautelares diversas da prisão, completando que *Nenhuma comprovação há nos autos no sentido do recorrente ser pessoa perigosa* (e-STJ fl. 568).

Diante disso, pede, liminarmente e no mérito, o relaxamento da prisão preventiva do recorrente, expedindo-se o alvará de soltura em seu favor.

É o relatório, **decido**.

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

No caso, ao que parece, o Tribunal entendeu haver elementos suficientes para a segregação cautelar, conforme se extrai dos seguintes trechos do acórdão (e-STJ fl. 100, grifei):

*A partir da leitura da decisão impugnada, verifica-se que o magistrado fundamentou a necessidade da segregação cautelar em razão da gravidade do fato imputado ao paciente, revelada*

*pelo modus operandi empregado, uma vez que, segundo narrado, o paciente mantinha a vítima em cárcere privado e desde o início do relacionamento (cerca de 04 anos) a torturava psicologicamente e a agredia com o uso de faca e/ou objetos.*

*Entendo, pois, que essas circunstâncias fazem com que a liberdade do paciente cause temor social, bem como sentimento difuso de insegurança, diante do modus operandi empregado e a gravidade da conduta delitiva.*

*A prisão, diante dessas particularidades, afigura-se como a única medida adequada para garantir a ordem pública, não havendo que se falar em medida cautelar alternativa.*

*Vale destacar que a decisão apontou que o paciente teria agredido a vítima em outras oportunidades, bem como teria afirmado que se fosse preso mataria a vítima, seus irmãos e pais, o que indica que, em liberdade, encontrará estímulos a praticar novamente a mesma infração, ensejando a manutenção da prisão para garantia da ordem pública, buscando coibir a reiteração criminosa.*

*Tais circunstâncias têm alto potencial de se revelarem traumáticas, pois visam degradar ou controlar as ações da mulher, bem como seus comportamentos e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação enfim, meios que causam prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação femininas (art. 7º, II, da Lei n.º 11.340/2006).*

*Com efeito, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal considera que a gravidade concreta dos fatos constitui fundamento idôneo da custódia cautelar para a garantia da ordem pública. (RHC n. 120051, Relator Ministro ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 27/5/2014, Publicado em 16/6/2014).*

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para se aferir a existência de constrangimento ilegal, valendo ressaltar que o pedido liminar se confunde com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do recurso ordinário em *habeas corpus* pelo colegiado da Quinta Turma.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau, bem como o envio da senha para acesso aos dados processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator

